



Processo nº: 0319001/2026

Interessado: Consórcio Intermunicipal do Sertão de Alagoas - CONISA.

Assunto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para implantação e desenvolvimento de PROJETOS EDUCACIONAIS DE COMBATE AO ABUSO INFANTIL, VIOLENCIA CONTRA AS CRIANCAS, BULLYNG E CIBERBULLYNG destinados à professores e alunos da Educação dos anos iniciais, finais e EJA (educação de jovens e adultos) do Ensino Fundamental dos municípios consorciados ao CONISA.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente estudo técnico preliminar, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento da contratação, caracteriza o interesse público envolvido e evidencia o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade da contratação, e dá base ao termo de referência a ser elaborado.

1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

A referente a contratação decorre da crescente incidência de situações de violência no contexto escolar, bem como dos impactos negativos que tais ocorrências causam no desenvolvimento educacional, emocional e social dos estudantes. O ambiente escolar, por sua relevância na formação cidadã, constitui espaço estratégico para a promoção de ações preventivas e educativas que visem à proteção integral de crianças e adolescentes.

Nesse sentido, verifica-se a necessidade de implementação de projetos estruturados que contemplem ações pedagógicas integradas, formação continuada de professores, desenvolvimento dos alunos, além da disponibilização de metodologias e ferramentas adequadas para o enfrentamento dessas problemáticas.

Ademais, destaca-se que muitos profissionais da educação ainda carecem de suporte técnico e capacitação específica para identificar, prevenir e encaminhar adequadamente situações relacionadas ao abuso infantil, à violência e às práticas de bullying e cyberbullying, o que reforça a importância da contratação de empresa especializada na temática.

A adoção do sistema de registro de preços mostra-se a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, considerando a abrangência dos municípios consorciados ao CONISA, a possibilidade de contratações futuras conforme a demanda, a otimização dos recursos públicos, a padronização das ações e a maior eficiência na gestão administrativa.

Ressalta-se, por fim, que a contratação pretendida contribuirá significativamente para a construção de um ambiente escolar mais seguro, inclusivo e acolhedor, promovendo

2. ATENDIMENTO ANTERIOR DA NECESSIDADE

Não houve atendimento anterior, no entanto, foi realizado o estudo de acordo com os municípios do consórcio para a implantação do objeto em tela.

3. REQUISITOS DO OBJETO

3.1. NATUREZA DO OBJETO

O objeto da contratação é comum consoante o disposto ao art. 6º, inciso XIII, da Lei n. 14.133, de 2021. O material escolar tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação das escolas dos municípios consorciados.

3.2. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A presente contratação é por meio do procedimento administrativo auxiliar sistema de registro de preço, instrumentalizado pelo certame licitatório. Isso significa que a pretendida contratação não resultará num único contrato (ainda que possa ter a execução continuada). O caso em tela, permitirá uma série de contratações, respeitados os quantitativos máximos e a observância do período de um ano. Dito de outro modo, o pregão se exaure com uma única contratação, enquanto o registro de preços dá oportunidade a tantas contratações quantas forem possíveis. Deste modo fica inviável que este consórcio estime um quantitativo preciso para atender os municípios da Região do Ipanema. Por fim, foi consultado o site QEDU que fornece dados sobre as quantidades de alunos e professores nos municípios consorciado e diante



disso foi levantado a demanda com base no número de alunos e professores nos municípios consorciados.

3.3. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR. FORAM CONSIDERADAS DIFERENTES FONTES, PODENDO SER ANALISADAS CONTRATAÇÕES SIMILARES FEITAS POR OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES?

Objetivando a obtenção da estimativa de preços, deverá ser publicado aviso de cotação no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Alagoas, a fim de que, empresas compatíveis com o objeto da licitação enviem a mesma dentro do prazo estimado. Obtendo desta forma valor médio de referência conforme a pesquisa de mercado pelas empresas, apurado através da média de preço das propostas válidas e com busca na plataforma “banco de preços” objetivando levantamento de mercado com base em contratações similares com os outros entes públicos ao objeto que será licitado.

Como se trata da necessidade de registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para implantação e desenvolvimento de PROJETOS EDUCACIONAIS DE COMBATE AO ABUSO INFANTIL, VIOLENCIA CONTRA AS CRIANCAS, BULLYNG E CIBERBULLYNG destinados à professores e alunos da Educação dos anos iniciais, finais e EJA (educação de jovens e adultos) do Ensino Fundamental dos municípios consorciados ao CONISA, para a ampliação do desenvolvimento da educação, não se verifica outra solução de mercado que não seja a aquisição desses bens.

A fim de se verificar os preços praticados no mercado, foi realizada pesquisa junto a site da internet a fim de demonstrar o valor atual do item objetivado nesse processo. Estima-se o valor da contratação em torno de R\$21.930.872,30 (vinte e um milhões, novecentos e trinta mil, oitocentos e setenta e dois reais e trinta centavos) para aquisição do item solicitado conforme consulta pública no site oficial.

3.4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

De acordo com o objeto da contratação, não há necessidade da exigência de obrigações específicas da contratada, sendo adequadas e suficientes aquelas previstas no Termo de Referência e na minuta padronizada pelo CONISA/AL.

3.5. OBJETIVOS

O objetivo de realizar para futura e eventual contratação de empresa especializada para implantação e desenvolvimento de PROJETOS EDUCACIONAIS DE COMBATE AO ABUSO INFANTIL, VIOLENCIA CONTRA AS CRIANCAS, BULLYNG E CIBERBULLYNG destinados à professores e alunos da Educação dos anos iniciais, finais e EJA (educação de jovens e adultos) do Ensino Fundamental dos municípios consorciados ao CONISA, visa:

- a) Desenvolver ações pedagógicas estruturadas voltadas à conscientização, prevenção e identificação de situações de abuso infantil e violência no ambiente escolar e social;
- b) Capacitar professores e equipes pedagógicas para atuação preventiva e interventiva em casos de violência, bullying e cyberbullying, por meio de formação continuada
- c) Implementar metodologias, ferramentas e materiais didáticos que abordem, de forma adequada às faixas etárias, temas relacionados à proteção integral de crianças e adolescentes;
- d) Estimular a cultura de respeito, empatia e convivência saudável no ambiente escolar, contribuindo para a redução de práticas de violência física, psicológica e digital;
- e) Fortalecer a rede de proteção à criança e ao adolescente, integrando ações escolares com demais políticas públicas e órgãos competentes;

4. FORNECIMENTO

O período para fornecimento dos bens serão conforme estabelecido no termo de referência, em regras, de segunda à sexta-feira das 08:00 às 18:00 horas, contudo, considerando a natureza do bem ou impossibilidade de as execuções no período mencionado anteriormente, a critério do gestor/fiscal, os serviços poderão ser executados nos finais de semana, feriados ou no período noturno.

5. DA VEDAÇÃO DO CONSÓRCIO

De acordo com a complexidade e o vulto da contratação, e realizado o não parcelamento do seu objeto,



não se aceitará consórcio na disputa da licitação ou na contratação, de modo a permitir que mais empresas compitam individualmente entre si pela solução, aumentando o universo da disputa e a chance da obtenção de melhor proposta.

Essa decisão é resultado de um processo de avaliação da realidade do mercado em razão do objeto a ser licitado e ponderação dos riscos inerentes a atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto visando o atendimento do interesse público.

A vedação de consórcios não trará prejuízos à competitividade do certame.

6. GARANTIA DE EXECUÇÃO

Considerando a ausência de maior risco para a Administração, em função da complexidade e do vulto da contratação, além da ausência de prazo de entrega estendido, não há necessidade da exigência de garantia de execução.

7. PARCELAMENTO DO OBJETO

De acordo com o objeto da contratação, e após a avaliação do parcelamento, com base na necessidade administrativa e no mercado fornecedor, esta contratação será feita por lote a fim de atender o disposto no art.40, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

A disputa por lote justifica-se por coadunar com os princípios da economicidade e razoabilidade, além de conferir maior grau de probabilidade de operacionalização eficiente do objeto licitado. Se o enquadramento de disputa por itens fosse adotado, várias empresas poderiam sagrar-se adjudicatárias de bens de mesma natureza associados ao serviço de instalação. A fim de evitar falta de uniformidade nestes serviços de instalação, a Administração reputa como vital a execução de todo o objeto licitado por uma mesma empresa. A Administração pública, tem em sua missão constitucional a prevenção criminal e manutenção da ordem, e consequente melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Por tanto, planeja-se e realiza diuturnamente ações em prol da comunidade, com vistas a obter melhores resultados no emprego do dia-dia.

8. RESULTADOS PRETENDIDOS E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A presente contratação visa alcançar resultados concretos e mensuráveis no âmbito educacional e social dos municípios consorciados ao CONISA, destacando-se:

- Redução de ocorrências de bullying, cyberbullying e outras formas de violência no ambiente escolar, mediante ações preventivas e educativas contínuas;
- Ampliação do nível de conhecimento e conscientização de professores, alunos e comunidade escolar acerca da identificação, prevenção e enfrentamento do abuso infantil e da violência contra crianças e adolescentes;
- Integração das ações educacionais com a rede de proteção à criança e ao adolescente, potencializando a efetividade das políticas públicas;

A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de implantação e desenvolvimento de projetos educacionais voltados ao combate ao abuso infantil, à violência contra crianças e adolescentes, ao bullying e ao cyberbullying, contemplando de forma integrada a aquisição de material de apoio pedagógico.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas ou interdependentes com a contratação.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A presente aquisição não possui relevantes impactos ambientais, contudo nos termos da Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal Direta, auararquica e fundacional, as empresas serão responsáveis pela utilização de tecnologia e materiais que reduzam o impacto ambiental, bem como a utilização de materiais que possam ser submetidos à reciclagem.



Em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa nº 01/2010/SLTI/MPOG, as licitantes deverão ofertar preferencialmente embalagens que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, com origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras e cujo processo de fabricação observe os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO com produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

Os materiais ofertados devem ser produzidos por fabricantes compromissados com o meio ambiente, que mantenham programa continuado de sustentabilidade ambiental, e que além de se enquadrarem no disposto nos itens anteriores, comprovem que cumprem a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação.

Os licitantes devem oferecer produtos acondicionados, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento. De acordo com o art. 7º, XI, nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, os licitantes devem ofertar produtos que sejam acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis, de papelão ou de plástico à base de etanol de cana de açúcar (se for o caso).

11. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO SIGILO

Com base na avaliação dos elementos anteriores do estudo técnico preliminar, não há necessidade de classificá-los como sigilosos.

Atesta-se, sob responsabilidade funcional, que o estudo técnico preliminar elaborado é adequado e perfeitamente suficiente tanto à caracterização do interesse público envolvido e da melhor solução para o problema a ser resolvido, inclusive acerca de Descrição, Unidade de Medida e Quantidade, quanto à fundamentação do termo de referência e demais instrumentos da contratação, elaborado que foi nos moldes do art. 18, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Município de Santana do Ipanema/AL, 19 de março de 2026.

ANDRÉ BRANDÃO DE ALMEIDA
Diretor Administrativo do CONISA



ANEXO DO ETP

DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA

N.º	MUNICÍPIOS	ANOS INICIAIS (1º ao 5º)	ANOS FINAIS + EJA		EDUCADORES	TOTAL
			ANOS FINAIS (6º ao 9º)	EJA		
1	BATALHA/AL	1.042	934	1.493	122	3.591
2	BELO MONTE/AL	540	417	348	65	1.370
3	BRANQUINHA/AL	934	713	715	78	2.440
4	CACIMBINHAS/AL	758	688	941	77	2.464
5	CANAPI/AL	1.381	1.241	2.208	168	4.998
6	CARNEIROS/AL	888	785	0	66	1.739
7	COITÉ DO NOIA/AL	748	695	382	71	1.896
8	DELMIRO GOUVEIA/AL	3.692	3.209	208	352	7.461
9	DOIS RIACHOS/AL	631	525	2.056	83	3.295
10	IGACI/AL	1.583	1.445	464	181	3.673
11	INHAPI/AL	1.413	1.250	1.449	127	4.239
12	JACARÉ DOS HOMENS/AL	436	360	479	40	1.315
13	JARAMATAIA/AL	406	422	136	53	1.017
14	JUNDIÁ/AL	314	299	590	41	1.244
15	JUNQUEIRO/AL	1.601	1.393	433	168	3.595
16	LAGOA DA CANOA/AL	1.182	1.065	2.790	129	5.166
17	MAJOR ISIDORO/AL	1.074	1.005	970	220	3.269
18	MAR VERMELHO/AL	236	197	52	31	516
19	MARAGOGI/AL	2.547	2.206	366	234	5.353
20	MARAVILHA/AL	713	664	1.260	72	2.709
21	MATA GRANDE/AL	1.546	1.333	1.296	157	4.332
22	MONTEIRÓPOLOIS/AL	580	490	530	65	1.665
23	NOVO LINO/AL	767	608	1.843	100	3.318
24	OLHO D'ÁGUA DAS FLORES/AL	1.395	1.293	635	111	3.434
25	OLHO D'ÁGUA DO CASADO/AL	768	645	182	79	1.674
26	OLIVENÇA/AL	934	740	850	86	2.610
27	OURO BRANCO/AL	809	850	656	84	2.399
28	PALESTINA/AL	358	370	52	36	816
29	PÃO DE AÇÚCAR/AL	1.626	1.406	506	159	3.697
30	PARICONHA/AL	675	615	222	64	1.576
31	PIRANHAS/AL	1.954	1.297	58	149	3.458
32	POÇO DAS TRINCHEIRAS/AL	1.025	1.032	753	105	2.915
33	SANTANA DO IPANEMA/AL	2.741	2.233	106	269	5.349
34	SÃO JOSÉ DA TAPERA/AL	2.488	2.260	188	302	5.238
35	SENADOR RUI PALMEIRA/AL	1.016	995	336	125	2.472
36	TANQUE D'ARCA/AL	392	360	459	43	1.254
TOTAL		41.193	36.040	26.012	4.312	107.557



Segue abaixo os demonstrativos do último censo escolar nos Municípios Consorciados, pesquisados no <https://gedu.org.br/>:

*** DECLARAMOS PARA OS DEVIDOS FINS CABÍVEIS QUE A QUANTIDADE DE PROFESSORES DO MUNICÍPIOS CONSORCIADOS FOI OBTIDA ATRAVÉS DE CONSULTA AS JÁ REFERIDAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICA, TÃO COMO FOI UTILIZADO O PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DAS MESMAS PARA O LEVANTAMENTO.**